

Protesto afeta produção de eletrônicos

Indústria Operação-padrão da Receita

Protesto afeta produção de eletrônicos

— Empresas do setor relatam aumento de dificuldades para o desembaraço aduaneiro de componentes importados, o que tem gerado impacto direto nas linhas de montagem

.....
CLEIDE SILVA
EDUARDO LAGUNA
.....

Iniciada no fim de dezembro e sem previsão de acabar, a operação-padrão dos fiscais da Receita Federal está provocando paradas de produção na indústria de aparelhos eletrônicos, dada a lentidão no desembaraço de cargas em portos e aeroportos.

Mais da metade das empresas (55%) que respondem às pesquisas semanais feitas pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) afirma enfrentar dificuldades com a chegada de componentes importados.

Algumas tiveram de suspender linhas de produção ou pagar multas por atraso de entregas aos clientes. Esse tipo de problema não foi relatado, por exemplo, na crise de escassez de chips.

Na Finder, fabricante de relés – componente usado, por exemplo, em equipamentos de energia, tornos, fre-sas, alarmes e automação predial –, o atraso na liberação de itens importados da Itália fez com que a empresa arcasse com custos extras de armazenamento.

“Normalmente, o prazo é de três a quatro dias, mas nas últimas vezes demorou duas semanas”, informa Juarez Guerra, diretor-geral da Finder no Brasil e América Latina. A empresa, com fábrica em São Caetano do Sul (SP), atende a indústrias como Siemens, ABB, GE e Romi.

PROTESTO. Humberto Barba-to, presidente da Abinee, diz que o quadro é preocupante porque se reflete em aumento no preço do produto. “As taxas de armazenagem são infernais. Algo precisa ser feito urgentemente.”

O protesto dos auditores é pela volta do bônus por desempenho. Ocorre em meio à insatisfação do funcionalismo federal após o presidente Jair Bolsonaro prometer reajuste apenas a policiais, o que abriu uma série de protestos das demais categorias por aumentos salariais. ●

3,8 mil caminhões formam fila na aduana em Foz do Iguaçu

A maior parte das cargas é de alimentos industrializados e cereais; produtores temem falta de insumo para ração de animais

MÁRCIA DE CHIARA

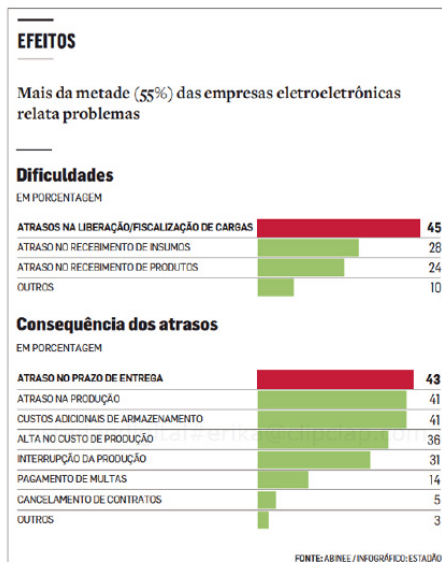
A operação-padrão dos auditores da Receita Federal também causa problemas aos caminhoneiros. Ontem, em Foz do Iguaçu (PR), na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, havia 3.820 caminhões parados por demora na liberação de cargas, disse o presidente do Sinfóz (sindicato patronal do transporte rodoviário internacional de carga), Rodrigo Ghellere. As filas de veículos parados vêm se formando nos últimos 30 dias.

Nas contas do sindicalista, a paralisação representa um cus-

to diário de R\$ 3,8 milhões para transportadoras e motoristas autônomos. Nessa cifra estão incluídas despesas com estadia e custos fixos. “Isso não envolve os prejuízos por conta das cargas paradas”, disse Ghellere.

A maior parte dos caminhões está com alimentos industrializados e cereais. Ele contou que cooperativas do Paraná que traziam cereais do Paraguai para fazer ração e alimentar suínos e aves estão buscando grãos em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. “As cooperativas ligaram o alerta porque pode faltar produto para fazer a ração.”

Produtores de frangos e suínos registram prejuízos por causa da lentidão no fluxo das mercadorias que passam pela inspeção. Segundo informações de mercado, há empresa que deixou de exportar mais de 10% dos produtos por causa do atraso nos embarques. “Nosso se-



tor é uma cadeia viva, de fluxo contínuo, não pode parar.”

O atraso na liberação das mercadorias resulta em perdas de janelas de embarques de navios e custos logísticos adicionais, além de gastos com estocagem direta e terceirizada. A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), que reúne os elos da cadeia de frangos e suínos, disse que apoia os pleitos dos auditores fiscais agropecuá-

rios, porém pondera ser importante “manter o fluxo de produção em detrimento ao estabelecimento de uma operação-padrão que penaliza o fluxo de abate, do abastecimento interno e das exportações”. A entidade entrou com mandado de segurança pela normalização do fluxo de mercadorias.

GOVERNO. Humberto Barbato, presidente da Associação Brasilei-

ra da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), levou o caso à reunião ontem, em Brasília, com o ministro da Economia, Paulo Guedes. Ouviu dele que o governo estuda uma forma de resolver a situação e que buscará uma solução para que as fábricas não sejam impactadas. No setor, 43% das empresas reclamaram de atrasos na entrega de itens importados e 21% disseram que suspenderam linhas de produção porque a carga não chegou a tempo (*ver quadro*).

Várias delas também relatam dificuldades de exportar, em razão da morosidade em operações de embarque, no desembaraço das mercadorias e em inspeções das cargas. Algumas pagaram multas por não cumprir prazos de entrega.

Entre as alfândegas com dificuldade no desembaraço, são citados os portos de Santos, Navegantes, Paranaguá, Itajaí e os aeroportos de Guarulhos, Viracopos, Salgado Filho e Manaus.

“O setor produtivo deveria buscar a solução para esses gargalos com quem o causou, no caso, o governo federal”, disse o diretor de comunicação do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Sinfisco), Helder Costa da Rocha. “Esses episódios nas aduanas se tornarão cada vez mais agudos, à medida que os recursos orçamentários do órgão chegarem ao fim, a partir de maio.”

Procurada, a Receita Federal não se manifestou. **COLABORARAM** CLEIDE SILVA e GUILHERME PIMENTA

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia **Caderno:** B **Página:** 1 e 2